

O crescimento dos subsídios é “simplesmente alarmante”

por Patricia Sabóia
do Rio

No período compreendido entre 1973 e 1980, os subsídios ao crédito cresceram nada menos de 48 vezes, se comparados ao Produto Interno Bruto (PIB), triplicando de 1979 a 1980, ano em que representaram 7,7% do PIB. Classificados de “simplesmente alarmantes”, estes números, inéditos, “provocam verdadeira sangria nas finanças governamentais e gerariam déficits fiscais inaceitáveis”, daí o governo adotar “a alternativa contábil de financiar estas despesas através do orçamento monetário”, emitindo mais moeda. “Este expediente funciona como um imposto lançado indiscriminadamente sobre toda a sociedade, reduzindo mais a renda real dos menos favorecidos que dos mais aquinhoados, e funcionando como um verdadeiro ‘Robin Hood’ às avessas”.

A análise circulará na próxima semana na revista

Symposium, dirigida pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que faz duras críticas à má distribuição de renda e ao “apetite arrecadador do governo” em artigo que vincula a carga tributária à injustiça social. O estudo revela que a carga bruta de tributos, ou seja, impostos diretos e indiretos, mais as contribuições parafiscais, aumentou 60% em trinta anos (1949 a 1979). Embora esta carga não inclua o que é devolvido à sociedade sob a forma de subsídios ao crédito (agricultura, energia e exportação), o artigo acentua que “estes subsídios só beneficiam as pessoas físicas e jurídicas cuja característica comum é possuir alta renda e propriedades”, significando, em essência, “um empecilho a um sistema de maior equidade social”.

Esta carga tributária bruta, que representa a fração da renda interna “inapelavelmente” arrecadada pelo governo, saiu de 15,3% em 1949 para 17,2%

dez anos depois, passou a 22% em 1969 e pulou para 24,5% em 1980. Ao acréscimo da receita governamental “correspondeu, é claro, maior grau de intervencionismo na atividade econômica”, acentua o estudo, esclarecendo que nestes índices não se incluem as fatias devolvidas sob a forma de transferências e subsídios: transferências sob a forma de aposentadorias, pensões e outros benefícios, e subsídios entendidos como transferências do governo apenas aos produtores.

QUEDA ILUSÓRIA

A carga tributária líquida é obtida, em todo o mundo, subtraindo-se da carga bruta as transferências e subsídios ao crédito. Isto não ocorre no Brasil, onde são considerados apenas os subsídios a produtos como trigo, carne ou leite.

Se estes subsídios “em montante impressionante” fossem incluídos no cálculo, mostrariam significativas reduções e “dariam

impressão ao observador não afeito às nuances institucionais brasileiras que, ao longo do tempo, se instalou no Brasil um ‘welfare state’ à moda uruguai ou, quem dera, inglesa”. Mas é preciso ver que eles beneficiam exatamente quem tem as condições “requeridas pela prática bancária na concessão de empréstimos”, ou seja, exatamente as pessoas ou as empresas “de alta renda e com propriedades”.

Feitas estas contas, poder-se-ia pensar que, na realidade, a carga tributária teria caído paulatinamente de 16,9% em 1973, para 16,7% em 1974, 15,4% em 1975, 14,9% em 1976, 14,8% em 1977, 13,8% em 1978, 11,8% em 1979 e nada menos de 6,6% em 1980. Uma leitura fria destes números daria a impressão de que a carga tributária de 1979 foi quase 23% menor que a de 30 anos atrás, que atingia 15,3% do PIB.

USO EQUIVOCADO

A revista de Simonsen diz que as autoridades usam erradamente as prescrições de Keynes: “aplica-se uma teoria para corrigir insuficiência crônica de demanda, num país onde o problema é escassez de oferta. O governo vai deixando de lado as posturas de estado gendarme e regulador, passando a produtor”. Ao esquecer o problema da insuficiência de oferta, faz com que “os déficits fiscais se multipliquem e leva a inflação a bater todos os recordes históricos nos últimos três anos, ameaçando transformar-se numa hiperinflação capaz de desorganizar o sistema de preços, apesar do mecanismo generalizado da indexação”.

A “dolorosa” constatação de que o déficit governamental vem crescendo ano a ano, e é hoje o maior da história do País, revela que o governo decidiu adotar a postura de aumentar as receitas para contrabalançar as despesas, ao invés de conter seus gastos. “Assistiu-se à criação constante de tributos quase sempre sem consulta prévia ao Legislativo. O governo, numa perspectiva histórica, vem arrecadando parcela crescente da renda interna gerada pela sociedade”.